

A SAÚDE DO TRABALHADOR NA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM: COMPARTILHANDO VIVÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DO SUS

ANA KARINNE DE MOURA SARAIVA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil.
anoka_20@hotmail.com

ANDREZZA GRAZIELLA VERÍSSIMO PONTES

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil.
andrezzagazi@hotmail.com

JENNIFER DO VALE E SILVA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil.
jennifer_vale@hotmail.com

PALMYRA SAYONARA DE GÓIS

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil.
palmyragois@gmail.com

WANDERLEY FERNANDES DA SILVA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil.
cacofernanfes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As décadas de 1970 e 1980 representam um período importante para a sociedade brasileira, pois marcam um momento histórico e político de luta contra o autoritarismo e a ditadura na perspectiva de se construir um Estado democrático de direito. Nesse contexto, efervesce a Reforma Sanitária Brasileira, movimento social, político e ideológico da saúde, que vislumbra uma “Reviravolta na Saúde” (ESCOREL, 1998) a partir da institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS não representa apenas uma mudança normativa e institucional, mas, essencialmente, paradigmática, que se contrapõe ao modelo biomédico, o qual está alicerçado no positivismo, produzindo respostas clínicas e pontuais às necessidades sociais dos homens. Com o SUS, exigem-se formas diferentes de pensar e fazer em saúde, pois esta passa a ser compreendida enquanto processo social produzido pelas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais, fruto da inserção dos homens nas realidades de vida e trabalho. Desse modo, os trabalhadores da saúde/enfermagem não devem estar preocupados em curar corpos doentes e fazer intervenções centradas na racionalidade instrumental, mas em realizá-las com a finalidade de enfrentar os determinantes do processo saúde-doença, a fim de contribuírem com a diminuição das desigualdades e da exclusão social, bem como com a efetivação do direito à saúde.

Diante desse processo de redefinição da saúde brasileira, a enfermagem não se mostrou alheia ou apática: inseriu-se na luta pela redemocratização brasileira e conquista do direito à saúde, reorientando as bases teóricas que fundamentavam a categoria e contrapondo-se, assim, ao modelo pragmático e tecnicista, historicamente, construído na enfermagem brasileira. Essa mudança vislumbra a construção de uma enfermagem enquanto prática social compreendida como parte do trabalho coletivo em saúde. Para tanto, era necessário operar mudanças na formação nessa área. Oliveira (1990, p.135) contribui com a discussão colocando que essa formação precisa estar

Comprometida com o movimento pelas mudanças sociais e com o processo que vise atingir o homem na dimensão política, possibilitando-

Ihe as condições necessárias à elaboração de sua própria concepção do mundo, de forma crítica e consciente para que assim possa participar ativa e efetivamente na produção da história e de ser guia de si mesmo.

Inserida nesse movimento político em nível nacional, a Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) constrói a partir 1986 e implanta em 1996 seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Essa proposta de formação toma como base os princípios e diretrizes do SUS, visando formar trabalhadores em saúde/enfermagem comprometidos com a vida e a justiça social. Nessa perspectiva, as bases, concepções teóricas e metodológicas são reconstruídas, objetivando-se formar um egresso capaz de compreender e atuar na complexidade social, a fim de transformá-la. Nesse sentido, o PPP dessa instituição tem como intuito “formar enfermeiro crítico e reflexivo com competência técnico - científico e ético - político, para participar efetivamente da consecução do direito universal à saúde, partindo da realidade dos serviços de saúde e totalidade social, com vistas à transformação dessa realidade” (UERN, p.37).

Dessarte, é preciso educar para e na reflexão crítica, construindo instrumentos capazes de instaurar processos de ruptura e resistência na sociedade. A disciplina Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo caracteriza-se como um dos instrumentos potencializadores de saberes e práticas coerentes com essa proposta de formação, uma vez que incorpora a discussão da relação trabalho-saúde na graduação em enfermagem, a partir do referencial teórico da Saúde do Trabalhador.

É importante dizer que a relação entre trabalho e saúde pode ser compreendida ancorando-se nos modelos da Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Saúde do Trabalhador. Este último é o que está em consonância com o SUS e é definido por Lacaz (2007) como campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico-metodológico, no Brasil, emerge da Saúde Coletiva, buscando conhecer as relações trabalho e saúde-doença e nelas intervir pela análise da determinação social do processo saúde-doença, privilegiando a categoria processo de trabalho.

Problematiza a inserção do trabalhador nos momentos de produção e reprodução social, com base em uma reflexão crítica transformadora dos determinantes do processo saúde/doença dos sujeitos alocados nos diferentes processos produtivos. A disciplina é orientada metodologicamente pela Teoria da Intervenção Prática da Enfermagem em Saúde Coletiva (TIPESC), idealizada por Emiko Egry em 1996, de forma a aproximar os discentes da realidade de vida e trabalho dos sujeitos na perspectiva de que teoria e prática se articulem para orientar uma ação consciente e planejada, a fim de transformar dada realidade.

O TIPESC é a sistematização dinâmica de captar e interpretar um fenômeno da realidade, articulando-o aos processos de produção e reprodução social referentes à saúde-doença de uma coletividade, compreendendo que eles se inserem em um contexto social, historicamente, determinado, para, então, intervir nessa realidade e, nessa intervenção, prosseguir, reinterpretando-a (EGRY, 1996).

Nesse sentido, a formação em saúde/enfermagem possibilita o descortinar da realidade e a adoção de uma postura política e ética de compromisso com a transformação com condição de exclusão social e, em especial, como afirma Lacaz (2010), empoderando o trabalhador para assegurar-lhe melhores condições de vida e de saúde.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência da disciplina Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo, não com o intuito de apresentar um modelo a ser seguido, mas de compartilhar experiências, métodos e estratégias político-pedagógicas de um processo de formação em saúde/enfermagem ancorado nos SUS e, particularmente, na Saúde do Trabalhador.

METODOLOGIA

Trata-se de uma disciplina ministrada no sexto período dos cursos de graduação em enfermagem da UERN situados nas cidades de Mossoró, Pau dos Ferros e Caicó. Possui carga horária de 60 h/a e, como pré-requisito, o aluno ter cursado Semiologia e Semiotécnica do Processo Saúde/Doença do Adulto e Enfermagem em Saúde Coletiva.

Apresenta como ementa: - A problemática da inserção do trabalhador na produção social, nos momentos de produção e reprodução; - Perfis epidemiológicos; - Biossegurança; - Questões de gênero; - Determinantes do processo saúde/doença do homem, mulher e adolescente no processo produtivo; - Construção histórica das políticas de saúde específicas para o trabalhador; - Movimentos organizados dos trabalhadores; - Processo de trabalho da enfermagem no processo produtivo. Parte da realidade da produção dos serviços de saúde/enfermagem reflete sobre sua problemática e participa de projetos de intervenção de enfermagem. Sua finalidade é a construção de um novo conhecimento em relação a todas essas questões abordadas na ementa.

Os conteúdos trabalhados organizam-se em quatro unidades. A primeira, “organização do processo social brasileiro e em sua dimensão local em sua historicidade e dinamicidade”, discute a conformação histórica do processo social brasileiro, a reorganização do trabalho na sociedade capitalista neoliberal, formas de produção de trabalho em âmbito local, situação de saúde dos trabalhadores no Brasil e no território local, e as especificidades das interrelações saúde-trabalho-ambiente no contexto do capitalismo avançado. A segunda aborda as “políticas de saúde no processo produtivo” com ênfase no arcabouço jurídico institucional da Saúde do Trabalhador no SUS. A terceira, “a investigação da relação trabalho e saúde”, problematiza a Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Saúde do Trabalhador, bem como os acidentes de trabalho, doenças profissionais e relacionadas ao trabalho. A última unidade trata do “processo de trabalho em saúde/enfermagem no processo produtivo”, destacando a necessidade da formação do enfermeiro para atuar na Saúde do Trabalhador no SUS.

Por ancorar-se metodologicamente no TÍPESC, a disciplina trabalha essas temáticas a partir da realidade concreta, na qual os alunos realizam captações nos mais diversos processos produtivos formais e informais dos setores primário, secundário e terciário da economia, bem como nos serviços de saúde do SUS, para conhecer e discutir a realidade da saúde do trabalhador nesse sistema. Numa relação dialética entre teoria e prática, essa realidade é problematizada com o referencial teórico, na perspectiva de sua reinterpretação e com o intuito de construir projetos de intervenção que objetivem sua transformação.

Como técnicas metodológicas, utilizam-se captações da realidade, seminários, aulas dialogadas e teórico-práticas, leitura e discussão de textos e de estudos de casos de situações de trabalhos, construção de projetos de intervenção. São realizadas três avaliações processuais no decorrer da disciplina, as quais podem ser escritas, discursivas e individuais, fichamento de textos, pesquisa, construção de artigos, seminários ou projetos de intervenção.

Apesar de ter esses fundamentos comuns, a cada ano, a disciplina utiliza uma metodologia diferente, que culmina em diversos produtos dos alunos como resultado das aulas e dos projetos de intervenção. Para citar alguns exemplos, têm-se: a produção de documentários pelos estudantes sobre as temáticas “a criança/adolescente no mundo do trabalho”, “a mulher no mercado de trabalho” e “o trabalho nas indústrias”; captações da realidade com vendedores ambulantes de frutas e verduras, catadores de lixo, trabalhadores de supermercados, mototaxistas, agricultores familiares, trabalhadores de indústria, donas de casa e diaristas, trabalhadores vítimas de acidente de trabalho, o que culminou com a construção de artigos abordando esses assuntos; a construção de mapas de risco em diálogo com os trabalhadores da saúde em hospitais e Unidades Básicas de Saúde; um estudo acerca do processo produtivo de garis, que resultou na descrição das condições de trabalho em sua relação com a saúde e na proposta de um projeto de intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, a disciplina possibilita ao aluno a construção de saberes e práticas capazes de compreender a organização do processo de produção social brasileira em sua historicidade e dinamicidade, articulando as dimensões local e global; os determinantes sociais da saúde/doença no processo produtivo; as especificidades das interações saúde-trabalho-ambiente no contexto do capitalismo avançado e os desafios para o SUS; as políticas de saúde e o processo de trabalho da enfermagem no processo produtivo; os movimentos organizados dos trabalhadores e seus desdobramentos para a definição das políticas de saúde do trabalhador; e participar de projetos de intervenção.

Um resultado alcançado tem sido o conhecimento do aluno sobre processos produtivos locais, em setores formais ou informais da economia, no quais se localizam trabalhadores com diversas formas de inserção, incluindo autônomos, informais e desempregados. Isso acontece mediante visitas para observação direta dos locais de trabalho e diálogo com os trabalhadores, a fim de melhor compreender seu trabalho, sua vida e sua saúde.

Observa-se que a disciplina, pela articulação do referencial teórico e da proposta metodológica, tem permitido ao aluno reelaborar sua compreensão da relação trabalho/saúde numa perspectiva que amplia o olhar da causalidade linear entre trabalho e doença, na qual têm evidência as doenças profissionais, para um entendimento da determinação social do processo saúde-doença que torna possível perceber o trabalho como categoria central para a organização social e o processo saúde-doença como parte dos processos sociais mais gerais de organização da produção e da reprodução da sociedade.

Com a teoria da determinação social do processo saúde/doença, esse processo é entendido como determinado pelo modo como o Homem se apropria da natureza em dado momento, apropriação esta que se realiza por meio do processo de trabalho, baseado em um grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção (LAURELL, 1982).

Salientar que essa compreensão é a que possibilitou, enquanto uma das condições necessárias, a reestruturação das políticas de saúde contidas no SUS e dirigidas ao trabalhador, o que se materializou na constituição do modelo da Saúde do Trabalhador proposto para superar os modelos anteriores da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. É ela que, hoje, ancora o arcabouço jurídico-institucional da Saúde do Trabalhador no SUS, dentro do qual se encontra a Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, cuja finalidade é “promoção da melhoria da qualidade de vida e da saúde do trabalhador, mediante a articulação e integração, de forma contínua, das ações de Governo no campo das relações de produção-consumo, ambiente e saúde” (BRASIL, 2004, p. 10).

Outro resultado da disciplina, que constitui parte da proposta metodológica da problematização, é a elaboração de projetos de intervenção construídos na perspectiva de transformar a realidade da saúde do trabalhador. A experiência de intervir nessa realidade tem facilitado a percepção das possibilidades que o profissional de saúde tem para atuar na saúde do trabalhador, tarefa esta compreendida como responsabilidade da política pública de saúde e, portanto, dos trabalhadores da área inseridos nos mais diversos setores do SUS.

Percebeu-se ainda que a disciplina tem possibilitado o crescimento do interesse, por parte dos discentes, em construir saberes na área da Saúde do Trabalhador, através do aumento do número de projetos de pesquisa e de monografias desenvolvidas na referida área de concentração. Por parte dos docentes, é notado o fortalecimento das discussões nesse campo, por meio de participações em eventos temáticos, apresentações de trabalhos, produção de conhecimento e publicações em periódicos, solidificando o grupo de pesquisa ao qual estão vinculados - Marcos Teóricos Metodológicos Reorientadores da Educação e do Trabalho em Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considera-se que a disciplina Enfermagem na Saúde/Doença do Processo Produtivo do curso de graduação em enfermagem instrumentaliza o discente para os processos de trabalho do enfermeiro nos diversos cenários de prática, reconstruindo as concepções de trabalho, de mundo do trabalho, da organização da produção social brasileira e as repercussões do processo produtivo na vida dos trabalhadores.

Através da orientação metodológica de partir da problematização da realidade concreta, a disciplina possibilita promover uma ação refletida, consciente e planejada, a fim de atender as reais necessidades da sociedade, compreendendo-a como dinâmica, mutável e, historicamente, determinada.

A fundamentação teórica da disciplina, ancorada na determinação social do processo saúde-doença, é essencial para a construção de saberes coerentes com os princípios norteadores do SUS, edificados ao longo do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira, distanciando-se do modelo mecanicista/biologicista da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, os quais responsabilizam o trabalhador pelo seu modo de viver e adoecer.

Vislumbram-se os cenários de prática/serviço, como Hospitais e Unidades de Saúde do SUS, como espaços políticos e ideológicos de intervenções planejadas, intencionais e comprometidas com a efetivação e consolidação da Política de Saúde do Trabalhador.

Nessa perspectiva, compreende-se que a Saúde do Trabalhador não deve ser pautada apenas nas discussões de caráter normativo e técnico e que a formação em saúde deve ser também responsável pela efetivação da Saúde do Trabalhador no âmbito do SUS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Segurança e Saúde Trabalhador**. Brasília, DF, 2004.

EGRY, Emiko Yoshikawa. **Saúde coletiva**: construindo um novo método em enfermagem. São Paulo: Ícone, 1996. 144p.

ESCOREL, Sarah. **Reviravolta na Saúde**: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. 208p.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.23, n.4, p. 757-766, apr. 2007.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro; SANTOS, Ana Paula Lopes dos. Saúde do trabalhador, hoje: revisitando atores sociais. **Revista Médica Minas Gerais**. Minas Gerais, vol 20, n 2, p. 5-12, abr./jul. 2010.

LAURELL, Asa Cristina. A Saúde-Doença como Processo Social. **Revista Latinoamericana de Salud**. México, vol. 2, p. 7-25, 1982.

OLIVEIRA, Francisca Valda da Silva. **Associação Brasileira de Enfermagem**: Mudanças e Continuidades – A Propósito do Movimento Participação (1979/1989). Natal: UFRN, 1990. 258p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1990.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Faculdade de Enfermagem.
Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem. Mossoró, RN, 2000.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

ANA KARINNE DE MOURA SARAIVA
Aristides Rebouças, 22
Alto de São Manoel.
Mossoró-RN
CEP.: 59631-230
Brasil